



**RAVI E-COMMERCE LTDA**

CNPJ 52.954.144/0001-80 – IE 262643383

Rua Loteamento Costa Esmeralda nº 466 – lote 16 quadra B

Bairro Santa Luzia - Tijucas-SC - CEP 88.200-000

juridico@ravipneus.com.br

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO – ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 019/2025.**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 3870/2024.**

**RAVI E-COMMERCE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 52.954.144/0001-80, estabelecida no Loteamento Costa Esmeralda, nº 466, Lote 16, Bairro Santa Luzia, na cidade de Tijucas/SC, Estado de Santa Catarina, CEP 88.200-000, neste ato representada por sua responsável legal, a Sra. Neide Aparecida de Oliveira Rodrigues, brasileira, empresária, inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº. 058.405.838-12 e portadora da CI/RG nº. 17.233.160-2 SSP-SP, com endereço para intimações na sede da pessoa jurídica e no endereço eletrônico juridico@ravipneus.com.br, vem, respeitosamente perante Vossa Senhoria, interpor **RECURSO** em face da classificação da empresa **MARCIO COUTO TEIXEIRA DE CARVALHO BARBOSA**, no que tange aos itens 02 e 04, estando a fazê-lo com fulcro na Lei 14.133/2021 e demais dispositivos aplicáveis à matéria, expondo, para tanto, os motivos fáticos e jurídicos que seguem.

#### **I.DA TEMPESTIVIDADE.**

A sessão findou no dia 28 de abril de 2025 e o prazo para interposição de recurso, nos termos da cláusula 10.2. do Edital, é de 03 (três) dias úteis. Transcreve-se: *“10.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.”*

Ademais, é direito fundamental de todo e qualquer cidadão, o exercício do contraditório e a ampla defesa, que serão exercidos através do direito de petição, ambos

consagrados no artigo 5º da Constituição Federal.

**Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

**LV** - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

[...]

**XXXIV** - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

**a)** o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

Ainda, pelo princípio da autotutela administrativa, previsto pela súmula 473 do STF, a Administração Pública poderá rever seus próprios atos a **qualquer tempo**, quando constatados vícios que os tornem ilegais. Vejamos:

**Súmula 473**

**A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.**  
(Grifo acrescido).

Desta feita, comprova-se a tempestividade do recurso ora apresentado, devendo ser conhecido e apreciado pelas autoridades municipais.

## **II. DOS FATOS**

No intuito de participar do Pregão Eletrônico nº 019/2025, esta empresa acessou o a plataforma eletrônica do Licitanet, em dia e horário designados por meio do Instrumento Convocatório, apresentando todos os documentos necessários à sua habilitação.

A licitante **MARCIO COUTO TEIXEIRA DE CARVALHO BARBOSA** também se fez presente, obtendo êxito na disputa de alguns itens.

Ocorre que, ao término da fase de lances, esta empresa constatou

incongruências na proposta de referida empresa, no que tange aos itens 2 e 4, visto que indicou diversas marcas para o mesmo item, além de não informar o modelo dos produtos ofertados, em desacordo com o exigido no instrumento convocatório

Diante disso, se interpõe a presente peça recursal, para requerer a **desclassificação** da empresa **MARCIO COUTO TEIXEIRA DE CARVALHO BARBOSA** nos itens 02 e 04, tendo em vista sua proposta estar em desacordo com as determinações constantes no Edital.

### **III. DO MÉRITO**

Preliminarmente, destaca-se que a licitação possui duas finalidades precípuas, consistentes na obtenção da proposta mais vantajosa ao interesse público e a concessão de iguais oportunidades a todos os que pretendem contratar com a Administração Pública, em consonância ao princípio da isonomia. Nesse sentido, dispõe o artigo 11 da Lei n. 14.133/21:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

- I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
- II - assegurar **tratamento isonômico** entre os licitantes, bem como a justa competição;
- III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;
- IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável. [...] (Grifo acrescido).

Assim, para garantir um Processo Licitatório eficaz e isonômico entre os concorrentes, o Edital deve conter cláusulas claras e objetivas. Isso porque, ele vincula a Administração e as partes, de maneira que as exigências e disposições ali elencadas, devem ser cumpridas em sua integralidade. É o que menciona o artigo 5º da Lei n. 14.133/21:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da**

**vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). (Grifo acrescido).

Em consulta a proposta da Recorrida, é possível verificar que para os itens 02 e 04, não foi indicado corretamente a descrição de cada item ofertado, isso porque a licitante se limitou a informar diversas marcas para cada item ofertado, o que fere o princípio do julgamento objetivo das propostas.

ITEM 2											
ITEM	Posição	ID	Fornecedor	CNPJ	Cidade/UF	Enquadramento	Marca	Modelo	Valor Lance	Quantidade	Vir. Total
2	1	93480	59.101.234 MARCIO COUTO TEIXEIRA DE CARVALHO BARBOSA	59.101.234/0001-78	Sumidouro/RJ	ME	ITAR O / SPEE DMAX / MRPE NEUS / ECO WAY	DOUBL E KING / FORZA VAN	R\$ 233,00	216,00	R\$ 50.328,00

ITEM 4											
ITEM	Posição	ID	Fornecedor	CNPJ	Cidade/UF	Enquadramento	Marca	Modelo	Valor Lance	Quantidade	Vir. Total
4	1	60586	59.101.234 MARCIO COUTO TEIXEIRA DE CARVALHO BARBOSA	59.101.234/0001-78	Sumidouro/RJ	ME	ITARO / SPEE DMAX / MRPE NEUS / ECOWAY	DOUBL E KING / FORZA VAN	R\$ 240,00	184,00	R\$ 44.160,00

Para ambas as medidas de pneus, a empresa Recorrida informou as marcas Itaro, Speedmax, MRPNEUS, Ecoway, Doubleking, Forza Van, dando a entender que entregará a que melhor lhe convier.

O Edital do pregão em apreço apresenta os critérios de aceitabilidade das propostas:

**6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:**

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total do item;

6.1.2 Marca (SE FOR O CASO);

6.1.3 Fabricante (SE FOR O CASO);

6.1.4 Em se tratando de produtos de fabricação da empresa, os campos marca e modelo deverão ser preenchidos sem identificar o titular da proposta: (Exemplo: a palavra "marca própria")

6.1.5 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

Porém, nota-se na proposta da Recorrida que foi ofertado para os itens 02 e 04 pneus de diversas marcas, sem especificar qual daquelas seria a marca daqueles itens. Ainda, não há qualquer menção ao modelo.

Desse modo, a **ausência da informação correta acerca da marca do produto na proposta**, dificulta a verificação das especificações técnicas e **oportuniza ao licitante a entrega do objeto que lhe for conveniente**, ainda que esteja em desacordo com os parâmetros mínimos estabelecidos no instrumento convocatório.

Nesse sentido, ressalta-se que a indicação de todos os elementos necessários à identificação dos produtos ofertados, torna a proposta clara e isenta de alternatividade e/ou duplicidades, garantindo a correta contratação do objeto licitado, para que todas as necessidades da Administração sejam devidamente atendidas.

É importante salientar ainda, que as propostas apresentadas em desacordo com os termos constantes no Edital prejudicam a segurança jurídica dos licitantes, gerando uma desvantagem para a Administração, desrespeitando o que preceitua o já citado artigo 5º, da Lei n. 14.133/21.

É evidente, portanto, que a proposta da Recorrida, no que tange aos itens 02 e 04, não atendem as especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório, fato que deve ensejar na sua desclassificação.

Sabe-se que a Lei 14.133/2021 é clara ao abordar as irregularidades nas propostas e estipula a **desclassificação** das que não atendam aos requisitos do Edital:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - **não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;**

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - **apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.** (...) (Grifos acrescidos)

Ainda, o Edital menciona em sua página 06:

7.2 O pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), **DECLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis;** (Grifos acrescidos).

Nesse sentido, ressalta-se que a Administração Pública, ao descumprir as normas constantes do Edital, frustra o caráter competitivo da licitação e viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade e a isonomia.

Como já decidido pelo E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP, Apelação n. 094.843.5/8-00, Rel. Des. Sérgio Pitombo, j. 17.04.00), “*o critério de julgamento, conforme indicado para o certame, não admite à administração pública apreciação subjetiva. A Comissão julgadora procederá a exame objetivo, VINCULANDO-SE AO QUE DEFINIDO NO EDITAL...*”.

Assim, o descumprimento de qualquer regra do Edital merece ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública.

Dessarte, tempestivamente, esta Recorrente manifesta seu inconformismo com a Decisão tomada, apresentando nesta data suas Razões de Recurso, visando a reforma da Decisão Administrativa para livrar o certame deste vício evidente.

#### **IV. DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer-se:

A) O provimento do presente recurso amparado nas razões recursais, para requerer a desclassificação da empresa **MARCIO COUTO TEIXEIRA DE CARVALHO BARBOSA**, nos lotes 02 e 04, tendo em vista sua proposta estar em desacordo com o exigido pela Administração; E, na hipótese inesperada de isso não ocorrer, faça este subir à autoridade superior em consonância com o previsto no §2º, do art. 165, da Lei nº 14.133/2021;

B) Comunique-se à Recorrida para apresentar contrarrazões, se assim desejar;

C) Por derradeiro, requer que a recorrente seja intimada da decisão do presente recurso no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, em respeito ao §2º do artigo 165 da Lei 14.133/2021, no endereço eletrônico [juridico@ravipneus.com.br](mailto:juridico@ravipneus.com.br), para que, no caso de indeferimento, possa impetrar mandado de segurança visando a suspensão do certame até deliberação do juízo acerca do caso ou representar ao TCE com o mesmo escopo.

Nestes termos, pede deferimento.

Tijucas/SC, 30 de abril de 2025.



**Neide Aparecida de Oliveira Rodrigues**

Representante legal